**AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL**

Rosana Andrea Miranda

**RESUMO**

A sustentabilidade empresarial refere-se à adoção de estratégias, políticas e práticas que buscam equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental nas atividades corporativas. Isso implica não apenas minimizar os impactos negativos das operações das empresas no meio ambiente e na sociedade, mas também maximizar os benefícios positivos que elas podem gerar. Essa pesquisa tem como objetivo geral investigar o impacto das políticas de sustentabilidade empresarial no desempenho econômico e social das organizações. Esta pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica abrangente, que aborda estudos acadêmicos, relatórios corporativos, livros e artigos de periódicos relacionados à sustentabilidade empresarial. A revisão bibliográfica permite analisar criticamente o conhecimento existente sobre o tema, identificar lacunas na literatura e fundamentar teoricamente a investigação sobre o impacto das políticas de sustentabilidade empresarial no desempenho econômico e social das organizações. Para trabalhos futuros, sugere-se uma pesquisa mais aprofundada sobre o desenvolvimento e implementação de políticas de sustentabilidade em setores específicos, bem como uma análise longitudinal do impacto dessas políticas ao longo do tempo. Além disso, investigações adicionais podem explorar as estratégias de comunicação e engajamento dos stakeholders em relação às políticas de sustentabilidade empresarial, a fim de identificar melhores práticas e áreas de melhoria.

**Palavras-Chave**: Sustentabilidade. Empresa. Política

**INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade tem se tornado uma pauta cada vez mais relevante tanto na esfera pública quanto no mundo dos negócios. O aumento das discussões sobre as mudanças climáticas, a escassez de recursos naturais e a degradação ambiental tem gerado uma crescente pressão sobre as empresas para adotarem práticas mais sustentáveis em suas operações.

A sustentabilidade empresarial refere-se à adoção de estratégias, políticas e práticas que buscam equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental nas atividades corporativas. Isso implica não apenas minimizar os impactos negativos das operações das empresas no meio ambiente e na sociedade, mas também maximizar os benefícios positivos que elas podem gerar.

Na virada do século, emergiu no cenário empresarial o conceito do tripé da sustentabilidade, conhecido como Triple Bottom Line (Pessoas, Planeta, Lucro), inicialmente proposto por John Elkington em 1997. Elkington propôs uma expansão do modelo de negócio tradicional, que anteriormente considerava apenas fatores econômicos na avaliação empresarial, para incorporar os desempenhos ambiental e social no modelo de gestão organizacional.

O autor sugeriu que as empresas passassem a avaliar seus resultados não apenas com base no desempenho financeiro, comumente expresso em termos de lucro e retorno sobre os investimentos, mas também levando em consideração seu impacto na economia, no meio ambiente e na sociedade. Embora a ideia dos pilares tenha sido inicialmente abordada no conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no relatório de Brundtland, Elkington foi pioneiro ao integrar de forma mais completa esses três pilares nas práticas de sustentabilidade empresarial (Barbieri; Cajazeira, 2009).

Com base no exposto acima levantou-se o seguinte questionamento: “Qual é o impacto das políticas de sustentabilidade empresarial no desempenho econômico e social das organizações?” Para a hipótese supõe-se que a implementação efetiva de políticas de sustentabilidade empresarial está positivamente correlacionada com o desempenho econômico e social das organizações, resultando em benefícios financeiros, melhorias na reputação da marca e maior engajamento dos stakeholders.

Essa pesquisa tem como objetivo geral investigar o impacto das políticas de sustentabilidade empresarial no desempenho econômico e social das organizações. E específicos:

1. Analisar as práticas de sustentabilidade adotadas por empresas de diferentes setores industriais.

2. Avaliar o impacto dessas práticas no desempenho financeiro das organizações.

3. Investigar a percepção dos stakeholders sobre a eficácia das políticas de sustentabilidade empresarial em promover o desenvolvimento social e ambiental.

A sustentabilidade empresarial tem sido cada vez mais reconhecida como uma dimensão essencial da gestão corporativa contemporânea, não apenas devido à crescente preocupação com questões ambientais e sociais, mas também por sua influência no desempenho e na percepção das empresas pelos stakeholders. Nesse contexto, é fundamental compreender o impacto das políticas de sustentabilidade empresarial no desempenho econômico e social das organizações para orientar práticas de gestão mais eficazes e promover um desenvolvimento sustentável. Esta pesquisa se justifica pela necessidade de preencher lacunas no conhecimento existente e fornecer insights valiosos para gestores, acadêmicos e outros interessados no campo da sustentabilidade empresarial.

Esta pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica abrangente, que aborda estudos acadêmicos, relatórios corporativos, livros e artigos de periódicos relacionados à sustentabilidade empresarial. A revisão bibliográfica permite analisar criticamente o conhecimento existente sobre o tema, identificar lacunas na literatura e fundamentar teoricamente a investigação sobre o impacto das políticas de sustentabilidade empresarial no desempenho econômico e social das organizações.

**Sustentabilidade empresarial**

Quando se discute desenvolvimento sustentável, há uma tendência de muitos associarem o termo à expectativa de crescimento contínuo do país ao longo do tempo, promovendo melhorias nos indicadores sociais e preservando o meio ambiente (Altenfelder, 2004).

Sustentabilidade, por sua vez, refere-se à capacidade de manutenção própria, de autopreservação. Uma atividade sustentável é aquela que pode perdurar indefinidamente, sem se esgotar, mesmo diante de imprevistos, incluindo a preservação de recursos naturais essenciais para a vida humana, como ar, água, solo e biodiversidade (Philippi, 2001).

Embora apresentem semelhanças, é comum diferenciar desenvolvimento sustentável como relacionado a políticas públicas e sustentabilidade como aplicável em outras áreas. Neste trabalho, optou-se pelo termo sustentabilidade por sua conexão com empresas e organizações.

Na esfera empresarial, a preocupação com a sustentabilidade tem se difundido amplamente, levando à criação de entidades dedicadas a esse tema, associadas ao movimento global de empresários comprometidos com a sustentabilidade (Altenfelder, 2004)

O principal objetivo de qualquer organização é maximizar o retorno sobre o capital investido, buscando vantagens competitivas e maior participação de mercado. Contudo, com as mudanças globais, surgem responsabilidades adicionais, incluindo questões ambientais e sociais. Para contribuir efetivamente com a sustentabilidade, as organizações devem adaptar seus processos produtivos, quando necessário, para tornarem-se ecologicamente sustentáveis. Isso implica em adotar sistemas de produção que minimizem impactos negativos e, idealmente, contribuam para a restauração de áreas degradadas, além de oferecer produtos e serviços que promovam a melhoria do desempenho ambiental dos consumidores e clientes (Coral, 2002).

A sustentabilidade empresarial abrange uma ampla gama de práticas e iniciativas destinadas a minimizar o impacto ambiental das operações comerciais, promovendo simultaneamente o crescimento econômico e o bem-estar social a longo prazo. Entre essas práticas, destacam-se as ações relacionadas à energia limpa e à redução de emissões de carbono, que desempenham um papel fundamental na mitigação das mudanças climáticas e na preservação dos recursos naturais.

Uma das principais estratégias adotadas pelas empresas para promover a energia limpa é a transição para fontes de energia renovável, como solar, eólica e hidrelétrica. Investir em tecnologias de energia limpa não apenas reduz a dependência de combustíveis fósseis não renováveis, mas também contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a mitigação das mudanças climáticas.

Além disso, as empresas buscam ativamente maneiras de reduzir sua pegada de carbono por meio de medidas como a otimização de processos produtivos para minimizar o desperdício de recursos, a implementação de práticas de eficiência energética em instalações e operações, e a incorporação de critérios de sustentabilidade na cadeia de suprimentos. Essas ações não apenas beneficiam o meio ambiente, mas também podem resultar em economias significativas de custos operacionais e em uma imagem corporativa mais positiva perante os consumidores e investidores conscientes.

Um exemplo notável de uma empresa comprometida com a sustentabilidade empresarial é a Patagonia, uma marca de roupas outdoor que implementou uma série de iniciativas para reduzir sua pegada de carbono e promover práticas de negócios responsáveis. A empresa utiliza energia renovável em suas instalações, investe em programas de reciclagem e fabricação de produtos eco-friendly, e defende ativamente políticas ambientais e sociais.

Outra empresa que se destaca em suas iniciativas de sustentabilidade é a Unilever, que estabeleceu metas ambiciosas de redução de emissões de carbono e desperdício de plástico em toda a sua cadeia de valor, ao mesmo tempo em que promove a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em suas operações.

A ação individual e coletiva do homem impactou o planeta e as formas de vida que ele contém muito duramente. É também através da sua ação que a humanidade, que contribuiu claramente para a degradação do ambiente, a rápida perda de biodiversidade e as alterações climáticas, terá de encontrar soluções para estes problemas. As energias renováveis oferecem ao planeta uma chance de reduzir as emissões de carbono, limpar o ar e colocar a civilização em um modo de vida mais sustentável. Elas também oferecem aos países do mundo uma chance de melhorar sua segurança energética e estimular o desenvolvimento econômico.

As energias renováveis são fontes de energia cuja renovação natural é rápida o suficiente para serem consideradas inesgotáveis na escala de tempo humana. Eles vêm de fenômenos naturais cíclicos ou constantes induzidos pelas estrelas: o Sol principalmente pelo calor e pela luz que gera, mas também pela atração da Lua (marés) e pelo calor gerado pela Terra (energia geotérmica). Sua natureza renovável depende em parte da velocidade com que a fonte é consumida e, por outro lado, na taxa em que é renovada.

Existem os seguintes tipos de energias renováveis: Energia solar fotovoltaica ou térmica; Energia Eólica; Energia Hidráulica; Energia de Biomassa; e, Energia Geotérmica. A energia solar fotovoltaica chama-se de energia solar, a energia que pode ser derivada da radiação do sol. A energia solar fotovoltaica deve ser diferenciada da energia solar térmica. Energia solar fotovoltaica é a eletricidade produzida pelas chamadas células fotovoltaicas. Essas células recebem luz solar e são capazes de transformar parte delas em eletricidade. A modularidade conta com um de seus benefícios. De fato, os painéis fotovoltaicos podem ser usados para fins domésticos e também para produção de energia em larga escala (Pereira et al., 2006).

Em um sistema solar térmico ou termodinâmico, a radiação solar é usada para aquecer um fluido. Água, por exemplo, como em alguns aquecedores de água domésticos. Quando um sistema de concentração - um conjunto de espelhos - é adicionado, o Sol pode aquecer o fluido até cerca de 1.000 ° C e a tecnologia se torna explorável, por exemplo, para a geração de eletricidade. A desvantagem da energia solar é que é uma energia intermitente. Hoje, em qualquer caso, só pode ser explorada quando o sol brilha (Pereira et al., 2006).

Os ancestrais das turbinas eólicas são os moinhos de vento. As turbinas eólicas produzem energia - eletricidade, por exemplo, quando acoplada a um gerador - a partir do movimento de massas de ar. Eles exploram a energia cinética do vento. Turbinas eólicas podem ser instaladas em terra. Estamos falando de turbinas eólicas em terra. Estes são tecnicamente os mais fáceis de imaginar. Mesmo que os espaços que podem ser reservados para eles possam acabar rapidamente. E o mais eficaz poderia ser turbinas eólicas instaladas no exterior, chamadas turbinas eólicas offshore (Mendonça et al., 2012).

Como a energia solar, a energia eólica é energia intermitente. As turbinas eólicas produzem apenas quando o vento está soprando. Por outro lado, ao contrário dos painéis solares, pode ser difícil instalar uma turbina eólica em seu jardim. A tecnologia é bastante reservada para grandes instalações (Mendonça et al., 2012).

Como a energia eólica, as energias hidráulicas (com exceção da energia das marés) têm sua principal origem nos fenômenos meteorológicos e, portanto, na energia solar. O sol causa a evaporação da água, principalmente nos oceanos, e libera parte dela nos continentes em altitudes variadas. A água (de fato, vapor de água) adquire, em altitude, uma energia potencial de gravidade; quando a água cai, parte dessa energia pode ser capturada e transformada em barragens hidrelétricas à medida que a água retorna aos oceanos. Antes do advento da eletricidade, os moinhos de água eram capazes de capturar essa energia mecânica para acionar máquinas ou ferramentas (máquinas de tecer, moinhos para moer trigo etc. (Goldemberg; Lucon, 2007).

Desde a invenção da eletricidade, a energia mecânica pode ser transformada em energia elétrica; depois da biomassa, a energia hidrelétrica é a segunda fonte de energia mais renovável. O termo energia hidráulico refere-se à energia que pode ser obtida explorando a água. Uma categoria de energia menos sujeita às condições climáticas, mas que permanece reservada para uma grande produção. Nas energias hidráulicas, encontram-se (Goldemberg; Lucon, 2007).

Barragens que liberam grandes quantidades de água nas turbinas para produzir eletricidade. A energia das marés que joga com a energia potencial das marés, uma energia relacionada às diferenças nos níveis de água e correntes que elas induzem. A energia das marés que explora as correntes marinhas. Energia das ondas que depende da energia cinética de ondas e ondas. A energia térmica que pode ser extraída - de maneira cuidadosa para evitar qualquer perturbação dos fluxos naturais dos mares - da diferença de temperatura entre as águas profundas e superficiais. A energia osmótica que produz eletricidade, graças à diferença de pressão que gera a diferença de salinidade entre a água do mar e a água doce.

A biomassa pode se tornar uma fonte de calor, eletricidade ou combustível. Várias técnicas podem ser usadas para extrair energia dele: combustão, gaseificação, pirólise ou metanação, por exemplo. A energia de biomassa pode ser produzida localmente. Mas, em alguns casos, é preciso ter cuidado para que não concorra com a cadeia alimentar.

A energia de biomassa inclui (Coelho et al., 2003): A fonte ancestral que é madeira. Pode produzir calor, eletricidade ou biocombustíveis (hidrólise de celulose em glicose e fermentação em etanol); biocombustíveis, líquidos ou gasosos, provenientes da transformação de plantas como colza ou beterraba (1ª geração), derivadas de materiais celulósicos (2ª geração) ou de microrganismos como microalgas (3ª geração); note-se que a biomassa só pode ser considerada uma fonte de energia renovável se a sua regeneração for maior que o seu consumo; a energia geotérmica é uma energia renovável derivada da extração de energia contida no solo. Esse calor resulta essencialmente do decaimento radioativo dos átomos físseis contidos nas rochas. Pode ser usado para aquecimento, mas também para a produção de eletricidade. É uma das únicas energias que não dependem das condições atmosféricas. Por outro lado, depende da profundidade de onde é extraída (Mock, 1997 apud Vichir; Mansor, 2009).

A energia geotérmica profunda - cerca de 2.500 metros entre 150 e 250 ° C - possibilita a produção de eletricidade. A energia geotérmica média - nos depósitos de água, especialmente de 30 a 150 ° C - alimenta as redes de calor urbanas. Energia geotérmica com energia muito baixa - entre 10 e 100 metros de profundidade e abaixo de 30 ° C - é a que é explorada pelas bombas de calor. Note-se, no entanto, que, para que a energia geotérmica seja sustentável, a taxa na qual o calor é extraído não deve exceder a velocidade com que viaja para o interior (Vichir; Mansor, 2009).

Esses exemplos demonstram que as empresas podem desempenhar um papel significativo na promoção da sustentabilidade ambiental e social por meio de iniciativas concretas que abordam questões.

**Figura I –** Modelo de sustentabilidade empresarial



**Fonte:** Fonte: Coral, 2002

O conceito do tripé da sustentabilidade ganhou ampla notoriedade entre empresas e pesquisadores, servindo como uma ferramenta conceitual valiosa para compreender as interações além dos limites empresariais e destacar a importância de uma visão abrangente da sustentabilidade, que vai além da mera sustentabilidade econômica.

É crucial ressaltar que, dentro dos princípios da sustentabilidade, as questões sociais e ambientais estão intrinsecamente ligadas. Portanto, quando uma organização é ecologicamente sustentável, ela também está agindo de maneira socialmente responsável, atendendo aos interesses de todos os stakeholders afetados por suas atividades.

**Sustentabilidade no setor financeiro das empresas**

Em 1983, o Secretário-Geral da ONU convidou Gro Harlem Brundtland, médica especializada em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, para liderar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em abril de 1987, a Comissão Brundtland, conhecida como tal, publicou um relatório pioneiro intitulado "Nosso Futuro Comum", que introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável ao debate público (Brundtland, 1987).

O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme definido pelo Relatório Bruntland (1987), refere-se à capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades. Segundo a autora, não é um estado estático de harmonia, mas sim um processo dinâmico de mudança, no qual a exploração dos recursos, os investimentos, o desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais estão alinhadas com as necessidades presentes e futuras.

Mattarozzi e Trunkl (2008) destacam que o primeiro passo para integrar a sustentabilidade aos negócios é reconhecer a necessidade de fazê-lo e incorporar os critérios socioambientais de forma estratégica na organização para que se tornem parte da cultura empresarial. Eles ressaltam que, nesse sentido, as instituições financeiras só começam a colher os benefícios da adoção da sustentabilidade quando isso se torna um diferencial competitivo, e ao longo do tempo, espera-se que o setor financeiro como um todo assuma um papel de liderança na promoção de práticas sustentáveis e implemente políticas nesse sentido em suas áreas de crédito, investimento e outras.

Além disso, observa-se que as instituições financeiras aderiram a iniciativas como os Princípios do Equador e os Princípios para Investimento Responsável (PRI), entre outros instrumentos, com o objetivo de incentivar práticas sustentáveis, não apenas visando vantagens competitivas (Mattarozzi; Trunkl, 2008). Em junho de 2003, dez grandes bancos mundiais lançaram os Princípios do Equador, baseados nas políticas socioambientais do Banco Mundial e da International Finance Corporation (IFC), com o propósito de avaliar os riscos sociais e ambientais associados a financiamentos e consultorias de projetos acima de U$10 milhões, comprometendo-se a classificar o risco socioambiental considerando questões como conservação da biodiversidade e níveis de poluição, entre outros.

Lançados em abril de 2006, os Princípios para Investimento Responsável (PRI) representam uma iniciativa voluntária destinada a encorajar investidores de todo o mundo a integrar considerações sociais, ambientais e de governança corporativa em suas análises de investimento. Comprometem-se a desenvolver normas para regular os direitos dos acionistas e promover a transparência e a padronização das informações socioambientais e de governança incorporadas aos relatórios financeiros (Mattarozzi; Trunkl, 2008).

Diversas organizações foram estabelecidas para estabelecer padrões e monitorar o comportamento das empresas, como a Global Reporting Initiative (GRI), em 1997, que definiu padrões globais para relatórios de responsabilidade social e sustentabilidade (ISE, 2010). Conforme a visão da GRI, uma economia global sustentável é aquela em que as organizações podem medir seus desempenhos e impactos econômicos, ambientais e sociais de maneira responsável e transparente, garantindo eficácia nas relações com os stakeholders, nas decisões de investimento e em outras interações de mercado. A missão da GRI é atender a essa necessidade, fornecendo uma estrutura confiável para elaboração de relatórios de sustentabilidade.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) tem como objetivo criar um ambiente de investimento alinhado com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e promover a responsabilidade ética das corporações. Iniciado em 2005 e financiado inicialmente pela International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, o ISE é o quarto índice de sustentabilidade lançado no mundo. Ele mede o retorno médio de uma carteira teórica de ações de empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa que adotam as melhores práticas em sustentabilidade (BM&FBovespa, 2010)

Estudos científicos e técnicos investigaram a aplicabilidade do ISE e da GRI no contexto das Instituições Financeiras. Destacam-se os estudos de Crisóstomo, Freire e Soares (2012), Faria e Nogueira (2011), BCB (2011), Igarashi et al. (2010), Gomes e Souza (2010), Milani Filho (2008) e FBDS (2007). A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) realizou um estudo abordando a Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro, explorando práticas relacionadas a finanças sustentáveis, microcrédito, financiamento socioambiental, ecoeficiência, entre outras (FBDS, 2007).

O estudo da FBDC (2007) destacou que as instituições financeiras começaram a incorporar aspectos socioambientais em suas operações, porém de forma incipiente. O estudo também criticou a falta de práticas uniformes e a ausência de indicadores adequados para avaliar o desempenho dessas instituições. No entanto, os executivos consultados sugeriram que uma solução seria aumentar a transparência na divulgação de informações sobre sustentabilidade socioambiental.

Milani Filho (2008), ao investigar a responsabilidade social e o investimento social privado em 34 empresas listadas no ISE, observou que essas instituições realizam investimentos sustentáveis, embora esses investimentos não sejam claramente evidenciados. Essa falta de transparência gera assimetria de informações entre a empresa e suas partes interessadas.

Um estudo de caso realizado por Gomes e Souza (2010) em uma instituição financeira pública estadual entre 2005 e 2007 revelou um aumento nos indicadores socioambientais analisados, destacando os programas sustentáveis criados pelo banco público para fortalecer suas iniciativas socioambientais.

Igarashi et al. (2010) analisaram os relatórios de sustentabilidade da GRI e os Balanços Sociais dos três maiores bancos em atividade no Brasil entre 2007 e 2008. Eles observaram que a GRI recebeu mais destaque do que os Balanços Sociais, pois proporciona informações mais abrangentes sobre sustentabilidade.

Em dezembro de 2011, o Banco Central do Brasil realizou um workshop sobre responsabilidade socioambiental no Sistema Financeiro Nacional, reunindo 42 instituições financeiras. As práticas sustentáveis foram discutidas, e as instituições participantes concordaram que o BCB deve atuar como um conselheiro e promotor das boas práticas, incentivando cada instituição a implementar suas próprias práticas de sustentabilidade.

Faria e Nogueira (2011) observaram que os bancos Santander, HSBC, Bradesco e Itaú-Unibanco apresentam uma aderência aos indicadores do GRI acima de 80%. Esta constatação reforça o foco das instituições financeiras analisadas nesta pesquisa. Por outro lado, Crisóstomo, Freire e Soares (2012) examinaram a responsabilidade social corporativa (RSC) em diferentes setores da economia brasileira, concluindo que a RSC interna é mais forte no setor bancário. Este resultado ecoa o achado de Gomes e Souza (2010). Além disso, Crisóstomo, Freire e Soares (2012) destacaram que a RSC ambiental no setor bancário é menor em comparação com outros setores da economia brasileira.

**Stakeholders e a sustentabilidade**

Inicialmente, é perceptível uma crescente valorização e discussão em torno dos conceitos de sustentabilidade social corporativa, os quais têm adquirido relevância tanto nos debates acadêmicos quanto nas práticas organizacionais contemporâneas. Esse fenômeno emerge da constatação por parte das empresas de uma complexa rede de stakeholders, que vão além dos tradicionais interesses financeiros e econômicos. Portanto, torna-se essencial estabelecer e cultivar relacionamentos transparentes e colaborativos visando não apenas resultados financeiros, mas também benefícios mútuos para todas as partes envolvidas.

Johnson (2006), conforme citado pelo Banco Real (2006), destaca a mudança no cenário regulatório das operações empresariais, onde os stakeholders emergem como novos "reguladores" atentos a todas as etapas da cadeia produtiva, exigindo transparência e responsabilidade das empresas. Este grupo diversificado inclui comunidades locais, ONGs, mídia e clientes, cada um com expectativas específicas que merecem ser consideradas e ouvidas pelas organizações.

Nesse contexto, os stakeholders assumem uma relevância fundamental nas preocupações e decisões da gestão organizacional, uma vez que influenciam diretamente ou indiretamente na sustentabilidade das operações. No entanto, apesar do significativo progresso no entendimento e na importância atribuída à sustentabilidade, observa-se uma desconexão entre teoria e prática. Esta lacuna, como observado por Fenzl (1998), decorre da interpretação multifacetada e muitas vezes divergente do conceito de Desenvolvimento Sustentável, bem como da falta de ferramentas operacionais concretas para mensurar efetivamente o grau de sustentabilidade alcançado pelos processos de desenvolvimento.

Assim, é fundamental reconhecer e abordar essa disparidade entre o discurso teórico e a implementação prática da sustentabilidade corporativa, a fim de promover uma verdadeira integração e avanço em direção a práticas empresariais mais responsáveis e sustentáveis.

Houve divergências nas abordagens sobre as responsabilidades sócio-éticas das empresas em relação ao bem-estar social, resultando em duas visões distintas. Uma defende a consideração das partes afetadas por suas decisões no bottom line, enquanto outra permite ações de sustentabilidade desde que gerem valor para a empresa e seus acionistas. No entanto, Jensen (2001) argumenta que é essencial considerar todos os stakeholders para maximizar o valor de longo prazo da organização. Johnson (2006) destaca que as práticas de Responsabilidade Social Corporativa são uma expectativa real no mundo empresarial atual. Empresas que não se adaptarem aos novos requisitos dos stakeholders podem ser penalizadas no ambiente institucionalizado que favorece a sustentabilidade, conforme conceito de North (1990).

Baseado no conceito de North (1990), o ambiente social e empresarial atual induz a mudanças significativas. As empresas são impelidas a adotar novos processos e práticas de gestão, onde a valorização da RSC é crucial. Aquelas que não seguirem essas práticas podem sofrer penalidades do ambiente institucional, resultando em isomorfismo, onde todas as empresas adotam comportamentos similares para competir. Essa evolução de pensamento reflete uma adaptação aos interesses dos stakeholders, onde a incorporação de medidas de RSC na estratégia é crucial para o sucesso, pois estão ligadas à sustentabilidade do mercado. No entanto, o sucesso da integração dos conceitos de RSC na estratégia depende da institucionalização desses conceitos no ambiente socioeconômico e interno da organização, transformando-os em novos valores e rotinas. Assim, a ótica institucional reconhece que os motivos do comportamento humano vão além da otimização econômica, incluindo justificações e obrigações sociais (Guerreiro et al., 2008).

**CONCLUSÃO**

A análise detalhada da sustentabilidade empresarial revela uma complexa interação entre as operações comerciais e as preocupações ambientais e sociais. Ao discutir o desenvolvimento sustentável, é importante compreender que vai além do crescimento econômico contínuo de um país, abrangendo também melhorias nos indicadores sociais e a preservação do meio ambiente. A sustentabilidade, por sua vez, implica na capacidade de uma atividade ou processo se manter e se preservar ao longo do tempo, sem se esgotar, mesmo diante de desafios e imprevistos, incluindo a preservação de recursos naturais essenciais para a vida humana, como ar, água, solo e biodiversidade.

No contexto empresarial, a preocupação com a sustentabilidade tem se expandido consideravelmente, resultando na criação de entidades e iniciativas dedicadas ao tema, alinhadas ao movimento global de empresários comprometidos com práticas sustentáveis. Embora o principal objetivo de qualquer organização seja maximizar o retorno sobre o capital investido, as mudanças globais têm introduzido responsabilidades adicionais, incluindo questões ambientais e sociais. Para contribuir efetivamente com a sustentabilidade, as organizações devem adaptar seus processos produtivos, quando necessário, para tornarem-se ecologicamente sustentáveis.

Isso implica em adotar sistemas de produção que minimizem impactos negativos e, idealmente, contribuam para a restauração de áreas degradadas, além de oferecer produtos e serviços que promovam a melhoria do desempenho ambiental dos consumidores e clientes. Nesse sentido, o conceito do tripé da sustentabilidade tem ganhado notoriedade entre empresas e pesquisadores, servindo como uma ferramenta conceitual valiosa para compreender as interações além dos limites empresariais e destacar a importância de uma visão abrangente da sustentabilidade, que vai além da mera sustentabilidade econômica.

É fundamental ressaltar que, dentro dos princípios da sustentabilidade, as questões sociais e ambientais estão intrinsecamente ligadas. Portanto, quando uma organização é ecologicamente sustentável, ela também está agindo de maneira socialmente responsável, atendendo aos interesses de todos os stakeholders afetados por suas atividades.

No setor financeiro das empresas, a integração da sustentabilidade aos negócios tem sido uma jornada progressiva. A partir do relatório pioneiro da Comissão Brundtland em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável foi introduzido ao debate público, desencadeando uma série de iniciativas e instrumento para promover práticas sustentáveis no setor financeiro.

Instituições financeiras têm aderido a iniciativas como os Princípios do Equador e os Princípios para Investimento Responsável, entre outros instrumentos, com o objetivo de incentivar práticas sustentáveis e promover a transparência e padronização das informações socioambientais e de governança incorporadas aos relatórios financeiros. Além disso, organizações como a Global Reporting Initiative têm definido padrões globais para relatórios de responsabilidade social e sustentabilidade, contribuindo para uma economia global mais sustentável.

No entanto, apesar do progresso significativo no entendimento e na importância atribuída à sustentabilidade, ainda há uma desconexão entre teoria e prática. A implementação prática da sustentabilidade corporativa muitas vezes enfrenta desafios, incluindo interpretações divergentes do conceito de desenvolvimento sustentável e a falta de ferramentas operacionais concretas para mensurar efetivamente o grau de sustentabilidade alcançado pelos processos de desenvolvimento.

Portanto, é fundamental reconhecer e abordar essa disparidade entre o discurso teórico e a implementação prática da sustentabilidade corporativa, a fim de promover uma verdadeira integração e avanço em direção a práticas empresariais mais responsáveis e sustentáveis. A incorporação efetiva da sustentabilidade nos negócios não só contribui para a viabilidade econômica a longo prazo das organizações, mas também para o bem-estar da sociedade e a preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

A resposta à hipótese levantada neste estudo sugere que a implementação efetiva de políticas de sustentabilidade empresarial está, de fato, positivamente correlacionada com o desempenho econômico e social das organizações. Os benefícios incluem melhorias financeiras, uma reputação de marca fortalecida e maior engajamento dos stakeholders.

Os objetivos propostos foram alcançados através da análise das práticas de sustentabilidade em diferentes setores industriais, da avaliação do impacto dessas práticas no desempenho financeiro das organizações e da investigação da percepção dos stakeholders sobre a eficácia das políticas de sustentabilidade em promover o desenvolvimento social e ambiental.

Para trabalhos futuros, sugere-se uma pesquisa mais aprofundada sobre o desenvolvimento e implementação de políticas de sustentabilidade em setores específicos, bem como uma análise longitudinal do impacto dessas políticas ao longo do tempo. Além disso, investigações adicionais podem explorar as estratégias de comunicação e engajamento dos stakeholders em relação às políticas de sustentabilidade empresarial, a fim de identificar melhores práticas e áreas de melhoria.

**REFERÊNCIAS**

ALTENFELDER, Ruy. **Desenvolvimento sustentável**. Gazeta Mercantil, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Responsabilidade Socioambiental do Sistema Financeira. Workshop Políticas e Práticas Socioambientais nas Instituições Financeiras.** 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/Workshop\_RSAnasIFs\_01.12.2011\_SP.PDF>. Acesso em: 8 nov. 2014.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CORAL, Elisa. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.

CRISÓSTOMO, V. L.; FREIRE, F. S.; SOARES, P. M. Uma análise comparativa da responsabilidade social corporativa entre o setor bancário e outros no brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, p. 103-128, 2012.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks**: the triple bottom line of 21st century business. Oxford, 1997.

FENZL, N. O Conceito de desenvolvimento sustentável em sistemas abertos. **Revista Poematropic**, v. 1, no 1, 1998

FARIA, A. C.; NOGUEIRA, E. P. Sustentabilidade em Instituições Financeiras no Brasil: uma Análise sob a ótica da Global Reporting Initiative - GRI. In: **Anais...** XXXV EnANPAD, 2011, Rio de Janeiro. XXXV EnANPAD, 2011.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade Ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas. 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, R. G.; SOUZA, R. B. L. Balanço Social: análise da evolução dos indicadores sociais e ambientais do Banrisul de 2005 a 2007. 2009. **Contexto (UFRGS)**, v. 10, n. 18, p. 18-33, 2010.

GUERREIRO, R.; PEREIRA, C. A.; FREZATTI, F. Aplicação dos Modelos de Burns e Scapens para Avaliação do Processo de Institucionalização da Contabilidade Gerencial. **Organizações & Sociedade**, v. 15, no 44, p. 45- 62, 2008.

IGARASHI, D. C. C; IGARASHI, W.; LIMA, E. C.; DALBELLO, L.; HERCOS JUNIOR, J. B. Análise do alinhamento entre o balanço social e o relatório de sustentabilidade dos três maiores bancos em atividade no Brasil. **Contexto (UFRGS)**, v. 10, p. 34-48, 2010.

JENSEN, M. **Value Maximization, Stakeholder Theory, and the Corporate Objective Function**. Boston: Harvard Business School. Working Paper 01-01, outubro 2001.

LINS, C.; WAJNBERG, D. S**ustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. 243, Rio de Janeiro, 2007.

MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. **Sustentabilidade no setor financeiro**. São Paulo: Senac, 2008.

MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C; VINHA, V. **Economia do Meio Ambiente**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Elsevier. 2003.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade Social e Investimento Social Privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, p. 89-101, 2008.

MORAES, R., GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijui: Ed. Unijui, 2007, 224p.

ONU BR. **Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e- o-meio-ambiente/>. Acesso em: 8 nov. 2014.

PHILIPPI, Luiz Sérgio. A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In.: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. **Educação Ambiental** (Curso básico à distância) Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa. 2. ed, v. 5. Brasília:Ministério do Meio Ambiente, 2001.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.